

Índice

Introdução	9
1. Imunidades	12
1.1. A imunidade das “receitas decorrentes de exportação” (art. 149, parágrafo 2º, I, da Constituição) e sua aplicação à CSLL e à CPMF	12
1.2. Imunidade e repercussão da carga tributária nos tributos indiretos	29
1.3. Cemitérios e alcance da imunidade dos templos de qualquer culto	32
1.4. Imunidade recíproca e cessão do uso de bens imóveis de propriedade dos entes públicos: iminente guinada jurisprudencial	36
1.5. Imunidade recíproca, empresas públicas e sociedades de economia mista	49
1.6. Imunidade recíproca e atividades dos Correios que não constituem serviço postal propriamente dito: o argumento do <i>subsídio cruzado</i>	55
1.7. Imunidade das operações relativas a minerais (art. 155, parágrafo 3º, da Constituição) e incidência de imposto sobre o serviço de transporte dos produtos	59
2. Igualdade	63
2.1. Extensão de benefício fiscal e cânone do legislador negativo	63
2.2. Lei do Simples Nacional e concessão de isenção da contribuição sindical patronal	66
2.3. Isenção de taxas para membros do Ministério Público ...	71
2.4. Licitações e consideração do volume de impostos pagos pelos licitantes	72
2.5. Isenção de taxa de inscrição em concurso público para candidatos desempregados e trabalhadores de baixa renda	74
2.6. Concessão de crédito presumido pela Administração Tributária e consideração da regularidade fiscal do contribuinte	76
2.7. Diferença entre taxas de juros de mora em situações em que a União é credora ou devedora	78

3. Irretroatividade e Anterioridade	86
3.1. Anterioridade e prorrogação da incidência de determinado tributo ou de determinada alíquota	86
3.2. Anterioridade e redução de descontos para pagamento de tributo à vista	88
3.3. A longa expectativa quanto ao cancelamento da sombria Súmula 584	91
4. Progressividade	96
4.1. IPTU e progressividade de alíquotas em razão do valor do imóvel: a nova visão do STF sobre o princípio da capacidade econômica (art. 145, parágrafo 1º, da Constituição) e sua aplicação aos impostos reais	96
4.2. Imposto sobre heranças e doações e progressividade de alíquotas: outra oportunidade para o STF reinterpretar o princípio da capacidade econômica	108
4.3. ITBI e progressividade de alíquotas. A Súmula 656 diante da nova postura para a qual se encaminha a jurisprudência do Tribunal	113
5. Sanções políticas	116
5.1. Súmulas 70 e 323: interdição de estabelecimento e apreensão de mercadorias como meios indiretos de cobrança de tributos	116
5.2. Súmula 547: restrições quanto a atos da vida empresarial/profissional usadas como meio indireto de cobrança de tributos	119
5.3. Sanções políticas e submissão de contribuintes do ICMS a regimes especiais de cobrança e fiscalização	124
5.4. Sanções políticas e cancelamento do registro especial de fabricantes de cigarro por inadimplência tributária	132
6. Contribuições	144
6.1. Constitucionalidade da revogação da isenção da Cofins (LC 70/1991) para as sociedades civis de prestação de serviços de profissão regulamentada	144
6.2. Inconstitucionalidade da fixação do prazo de dez anos para a decadência/prescrição das contribuições previdenciárias	152
6.3. Inconstitucionalidade da contribuição previdenciária patronal do produtor rural pessoa física, calculada sobre a receita bruta proveniente da comercialização da sua produção	156

7. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	165
7.1. Constitucionalidade da incidência de ISSQN sobre as operações de <i>leasing</i> financeiro	165
7.2. Constitucionalidade da incidência de ISSQN sobre serviços de registros públicos, cartorários e notariais	170
8. Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	175
8.1. Créditos de IPI, operações desoneradas (isenção, alíquota zero, não incidência) e não cumulatividade	175
8.1.1. O marco do RE 212.484, julgado em 1998: afirmação do direito ao creditamento do IPI na entrada de insumos isentos, na linha de uma “antiga jurisprudência” do tribunal	175
8.1.2. Afirmação do direito ao creditamento do IPI também na entrada de insumos com alíquota zero: o julgamento, em 2002, dos REs 350.446, 353.668 e 357.277	177
8.1.3. A primeira volta atrás: o julgamento dos REs 370.682 e 353.657 e a negativa de creditamento nas entradas de insumos tributados com alíquota zero	180
8.1.4. A segunda volta atrás: a surpreendente decisão segundo a qual, antes da entrada em vigor do art. 11 da Lei 9.779/1999, não havia direito à manutenção de créditos de IPI decorrentes de entradas tributadas	183
8.1.5. A terceira volta atrás: o julgamento do RE 566.819 (em 2010) e a negativa de creditamento de IPI inclusive na entrada de insumos isentos	185
9. Lei Complementar 118/2005 e prazo de prescrição para repetição do indébito	191
9.1. O CTN e o prazo prescricional da ação de repetição do indébito tributário. A norma que o STJ construiu e consolidou na jurisprudência de sua Primeira Seção	192
9.2. A LC 118/2005 como uma provocação ao STJ. A reação de seus Ministros	193
9.3. A tese defendida pela Fazenda Nacional perante o STF..	195
9.4. O surpreendente dissenso aberto entre os Ministros do STF, demonstrando a cada vez mais “delicada convivência” entre o STF e o STJ	197
9.5. Os votos dos Ministros Marco Aurélio e Gilmar Mendes: reprimenda ao STJ e saudosismo em relação à época em que	

o STF também uniformizava a interpretação da legislação infraconstitucional	200
9.6. A posição majoritária no julgamento do RE 566.621 quanto à forma de aplicar <i>pro futuro</i> o novo prazo de prescrição ..	202
10. Figuras de natureza tributária controvertida	208
10.1. Parcela do solo criado ou outorga onerosa do direito de construir	208
10.2. Compensação ambiental	214
10.3. Encargos tarifários de energia elétrica	227
10.4. Contribuição <i>voluntária</i> como alternativa ao recolhimento do ICMS	231
Referências Bibliográficas	236